

À consideração de Sua Excelência o Secretário de Estado da Educação

*Concordo. Procede-se conforme proposto.*  
*[Signature]*  
06.03.02

*Concordo. Solicito aprovações superiores.*

*[Signature]*

O Director-Geral

(Diogo Simões Pereira)

2 Mar 2006

**Informação nº 02/DSRPD/2006, 02 de Março de 2006**

**ASSUNTO: Aplicação da alínea a) dos nºs 3 e 4 do artigo 13º do Decreto-Lei nº 20/2006, de 31 de Janeiro – Candidatura na 1ª prioridade do concurso externo**

Considerando que:

1. Para efeitos de candidatura ao concurso externo a que se refere a alínea a) dos nºs 3 e 4 do artigo 13º do Decreto-Lei nº 20/2006, de 17 de Fevereiro, é conferida a primeira prioridade aos indivíduos que, sendo detentores de qualificação profissional para a docência no nível, grau de ensino ou grupo de docência a que se candidatam, tenham, além do mais, prestado serviço docente com qualificação profissional num dos dois anos lectivos imediatamente anteriores ao do concurso em estabelecimentos de educação ou de ensino públicos;
2. A condição de tempo de serviço antecedente considerada necessária para efeitos de posicionamento em primeira prioridade, abrange a actividade docente regularmente desenvolvida em estabelecimentos públicos de outros níveis ou subsistemas de ensino como seja, entre outros, nos estabelecimentos de ensino superior e nas escolas profissionais públicas, independentemente do título jurídico da relação de trabalho, bem como nos estabelecimentos ou instituições de ensino dependentes ou sob tutela de outros ministérios com paralelismo pedagógico, conforme decorre da conceptualização vertida nas diferentes alíneas do nº 5 do invocado artigo 13º e, em particular, da alínea b) do mesmo dispositivo legal;
3. Na definição da hierarquia de prioridades legalmente estabelecida no citado artigo 13º, o requisito adicional centra-se, antes de mais, na experiência profissional antecedente em funções que materialmente se identifiquem com a actividade docente, dada a

exigência comum de qualificação ou habilitação profissional para o lugar concursado constante da alíneas a) e b) do n.ºs 3 e 4 do mesmo preceito;

4. Sendo absolutamente irrelevante, como já o era à luz da legislação antecedente (artigo 13.º, n.º 2, alínea a,) do Decreto-Lei n.º 35/2003, de 27 de Fevereiro), a existência de qualquer relação de conexão ou identidade entre o grupo de docência em que o candidato leccionou anteriormente e aquele outro a que pretenda actualmente aceder para efeito de determinação da sua posição relativa na lista de ordenação;
5. Significa isto que o legislador terá pretendido considerar, de forma prioritária, o exercício material da actividade de natureza docente em qualquer dos dois anos lectivos imediatamente anteriores ao concurso, independentemente de o mesmo corresponder a idêntico ou a diferente nível de ensino/grupo disciplinar a que o docente agora concorre;
6. Nesta perspectiva, o sentido e alcance da exigência de qualificação profissional contida na previsão legal da alínea a) dos n.ºs 3 e 4 do artigo 13.º, tem de ser aferido em função das condições e requisitos próprios de admissão exigidas para o exercício das funções docentes nos diferentes níveis e modalidades de ensino anteriormente leccionados;
7. É o caso do tempo de serviço prestado nos estabelecimentos de ensino superior e nas escolas profissionais públicas, bem como as actividades de formação no âmbito da formação profissional tutelada ou coordenada pelo IEFP, as formações complementares dos Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, de Educação e Formação de Adultos, desenvolvidos em regime de trabalho autónomo ou subordinado, para cujo desempenho não é exigível a posse de qualificação ou habilitação profissional, mas uma formação técnica, científica, tecnológica e prática, consubstanciada em habilitação académica adequada;
8. Nestas situações, deve entender-se que a noção de qualificação profissional a que se refere a alínea a) dos n.ºs 3 e 4 do artigo 13.º do Dec-Lei n.º 20/2006 corresponderá à exigência de (capacidade científica ou aptidão pedagógica) habilitação legalmente adequada para o exercício da função docente anteriormente desempenhada.
9. Ora, se tal entendimento prevalece relativamente aos opositores que apresentem experiência profissional em outros níveis ou modalidades de ensino, a relação de adequação habilitacional não pode exigir mais relativamente aos indivíduos que sendo portadores de habilitação própria prestaram colaboração directa ao sistema nos níveis e/ou áreas disciplinares abrangidas pelo concurso nacional, sob pena de se favorecer a sua ultrapassagem/despromoção pelos primeiros na ordenação do concurso, solução que de todo em todo o legislador não terá pretendido alcançar.
10. Pese embora a referência a qualificação profissional contida na alínea a) dos n.ºs 3 e 4 do artigo 13.º, apontar, na perspectiva estritamente literal, para a acepção constante do artigo 34.º da Lei n.º 46/86, de 14/10 (Lei de Bases do Sistema Educativo), o alargamento da primeira prioridade a outras situações funcional e institucionalmente diversificadas (artigo 13.º, n.º 5), bem como os objectivos prosseguidos por estes



normativos, justificam plenamente que se sustente leitura interpretativa mais abrangente relativamente ao conceito em questão.

11. Tendo em conta que o intérprete deve presumir, em função da análise integrada e sistemática e não estritamente literal realizada ao texto legal, que o legislador consagrou as soluções mais acertadas e soube exprimir o seu pensamento em termos adequados (cfr artigo 9º nº3 do Código Civil).
12. Impondo-se, em face das dúvidas detectadas e por razões de unidade e coerência do regime legal considerado no seu conjunto, clarificar o alcance dos critérios de integração na 1ª prioridade do concurso externo fixados no mesmo diploma, afigura-se-nos dever ser assumida a orientação interpretativa que se segue:

Podem beneficiar da primeira prioridade do concurso externo a que se refere a alínea a) dos nºs 3 e 4 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de Janeiro **os candidatos que sendo portadores de qualificação profissional para um grupo de recrutamento a que se candidatam, tenham prestado funções docentes com qualificação profissional ou com habilitação própria, num dos dois anos lectivos imediatamente anteriores ao da data de abertura do concurso em estabelecimentos de educação ou de ensino públicos.**

A Directora de Serviços de Recrutamento  
de Pessoal Docente



(Emília Pires Correia)